



## Imperativo categórico Paulo Guinote

### Léxico Alexandrino

**A** medida que a polémica da classificação dos exames do Ensino Secundário foi avançando, a equipa do MECI, com o auxílio das lideranças do JNE e EduQA, tem-se destacado pelo uso inovador da língua portuguesa, mobilizando conceitos e expressões que assumiram significados inovadores.

O que se segue é um contributo breve para a descodificação da nova semiótica do MECI, porque muito haveria a acrescentar, tamanha a riqueza do léxico usado em configurações a que em raras ou nenhuma vez o Português chegou.

**Constrangimento** – termo usado para substituir algo que correu muito mal, ao nível da grossa asneira, levando a uma urgente necessidade de alterar procedimentos e corrigir desconformidades (*cf.* mais abaixo) verificadas num processo que, apesar de todas as evidências, se garante ter corrido bem. Exemplo: “Foi necessário recalendarizar a afixação de pautas devido a constrangimentos no processo de classificação.”

**Desconformidade** – conceito que pretende descrever uma situação em que o que estava previsto se verificou estar completamente desajustado da realidade e das suas condições de concretização, levando a bloqueios e paragens em todo o processo.

Exemplo: “Verificaram-se desconformidades no funcionamento da plataforma de classificação e/ou no processo de digitalização dos exames”.

**Erro** – palavra eliminada no léxico, substituída por uma das anteriores, consoante os contextos.

**Falsidade** – declaração alheia que aponta para falhas evidentes no processo de classificação dos exames, mesmo quando acompanhada de provas empí-

ricas. Pelo contrário, não se deve considerar falsidade se um governante disser, à entrada do Parlamento que “todas as provas estão classificadas” quando se verifica rapidamente que estão milhares por classificar na totalidade.

**Inovação** – algo inerentemente bom. Algo que se faz de novo e substitui o que existia antes, necessariamente mau. No limite, a mudança de estado de uma pessoa que se lança de um penhasco e flutua uns segundos é uma inovação em relação a estar com os pés assentes no chão, imóvel.

**Mudança** – ver “inovação”.

**Item** – questão de um exame sujeita a classificação automática ou por um classificador humano, num processo inovador que se diz mais rigoroso e equitativo até ser necessário avaliar a sua fiabilidade através da reapreciação de toda a prova, à moda antiga.

**Parametrização** – mantém o significado original, apenas se tornando mais comum em declarações que pretendem demonstrar que se fez algo complexo.

**Pauta** – algo que se afixa no prazo definido para se substituir diversas vezes até ter os dados completos ou correctos.

**Remessa** – massa de dados de dimensão variável enviada para as escolas, em suporte informático, a qualquer hora do dia ou noite. A partir da primeira, as que se seguem destinam-se a corrigir os erros da anterior.

**Reportar** – comunicar um erro ou falha, desculpem, constrangimento ou desconformidade, detectado no processo de digitalização ou classificação dos exames.

**Serviços** – organismos responsáveis, depois dos professores, directores ou qualquer outra entidade útil para o efeito, por qualquer erro ou falha, desculpem, constrangimento ou desconformidade, que se tenha verificado na concepção, planeamento ou execução de uma política pela qual a “equipa governativa” apenas assume os lados positivos.

Professor do Ensino Básico. Escreve sem aplicação do Acordo Ortográfico



## Justiça algures em 2026 António Jaime Martins

### O insustentável preço da inovação no ensino

**I**maginemos que um transatlântico, depois de décadas a navegar com base nas cartas de papel, instala de uma assentada um sistema digital de navegação. Os primeiros dias são de sobressalto: coordenadas que fallam, rotas que se sobrepõem, o medo dos marinheiros e do comandante, que sentem o leme a tremer, e pânico dos passageiros com medo de serem engolidos pelo mar revolto. Alguém clamará que se volte ao papel. Alguém exigirá cabeças. E, no entanto, nenhum marinheiro experiente esperaria que a travessia fosse imune a turbulência.

Foi isto, sem pôr ou tirar, o que sucedeu com a primeira classificação digital dos Exames Nacionais. Cerca de 166 mil alunos, notas afixadas com “suspensão”, correções sucessivas e um incómodo real e profundo, num momento absolutamente crucial da vida de milhares de jovens e das suas famílias. Seria irrealista e mesmo desonesto minimizá-lo. Mas seria igualmente irrealista e desonesto achar que a modernização de um sistema desta escala e abrangência pudesse fazer-se sem qualquer sobressalto.

A nossa história administrativa está pejada de exemplos. Recordo-me do *crash* do Citius – a plataforma dos tribunais – conheceu falhas clamorosas em 2014 durante 44 dias que paralisaram a atividade judicial durante meses e nalguns casos anos. Ninguém defende hoje o regresso ao passado: o papel.

A migração para o digital na Justiça, na Saúde ou na Segurança Social atravessou, sem exceção, períodos de turbulência antes de se tornar a espinha dorsal do serviço público. Uma inovação deste jaez, que afeta muitos milhares de utilizadores e cujo único teste verdadeiro é a sua utilização real – pois, não há teste-piloto que, num caso de utilização massificada, permita mimetizar o cenário real –, cobra geralmente o seu preço a implementadores e utilizadores, ou seja, Ministério da Educação, professores e alunos, respetivamente.

Há, apesar de tudo, um dado positivo que não deve ser esquecido. O próprio sistema digital permitiu detetar e corrigir um erro na avaliação de um item do

exame de Física e Química A que afetou 12.613 alunos: a esmagadora maioria – 11.496 – viu a nota subir. Num modelo em papel, disperso por centenas de classificadores, um erro desta natureza dificilmente seria identificado com esta abrangência. A transparência, por seu lado – pois, cada aluno pode agora consultar a cotação de cada resposta –, é também um ganho que a poeira destes dias não deve soterrar.

Dito isto, o compromisso do Governo é inequívoco. O Ministério da Educação assegurou que nenhum estudante será prejudicado no acesso ao Ensino Superior. Os mecanismos estão previstos na *Portaria n.º 219/2026*: quem pedir reapreciação poderá usar a nova classificação na 1.ª fase, mesmo depois de terminado o prazo; quem só reunir condições após a revisão poderá candidatar-se em prazo próprio; e foi anunciada uma época especial de exames. É este o teste que agora verdadeiramente importa: não já o da plataforma, mas o da palavra dada.

Ao Governo exige-se, agora, que cumpra integralmente a promessa. A tolerância que, com o tempo, podemos vir a ter com os custos inevitáveis da inovação é exatamente proporcional à intransigência quanto ao resultado prometido: zero alunos penalizados. Nem um só.

Aos alunos e aos pais: não se deixem instrumentalizar politicamente. A angústia legítima destes dias não pode ser transformada em arma de arremesso político-partidário. O que está em causa – o futuro de uma geração – é demasiado sério para ser reduzido a munição de conjuntura e interesse político-partidário.

Portugal precisa desta juventude. Precisa que ela entre no Ensino Superior sem cicatrizes deste percurso, com a confiança de que o país, apesar de todos os incidentes, não a deixou para trás. A inovação tem um preço. Mas esse preço nunca pode refletir-se no futuro de quem estuda.

Advogado e sócio fundador da ATMJ – Sociedade de Advogados

**“O que se segue é um contributo breve para a descodificação da nova semiótica do MECI.”**